


## **ATA NÚMERO 56**

### **Reunião do Comité Executivo**

23 de março de 2023

**09:30-13:00** (hora local)

 Hotel Meliá Lisboa Aeroporto  
(Lisboa, Portugal)

---

#### **Introdução. Natureza da reunião**

O Comité Executivo do Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas (CCRUP), reuniu-se em modo híbrido, a partir do Hotel Meliá Lisboa Aeroporto, com interpretação simultânea em português, francês e espanhol, às nove horas e trinta minutos (hora local de Lisboa) do dia vinte e três de março de dois mil e vinte e três.

#### **Sessão de boas-vindas do Presidente do Comité Executivo**

O Sr. David Pavón (*Federación Regional de Cofradías de Pescadores de Canarias* e Presidente do Comité Executivo) deu as boas-vindas a todos os presentes (ver lista de participantes) e agradeceu a presença dos mesmos.

#### **Informações Administrativas e Adoção da agenda**

A Secretária-Geral informou que a ata da última reunião do comité executivo, de vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e dois, foi aprovada por maioria no dia três de março de dois mil e vinte e três. Acrescentou que a agenda da presente reunião foi aprovada por escrito e por consenso no dia sete de março. Informou ainda que a presente reunião seria gravada para efeitos de elaboração de ata. Referiu que o CCRUP conta com um novo membro (informação previamente divulgada via *e-mail*), o *European Bureau for Conservation and Development* (EBCD), uma Organização não governamental (ONG) internacional que integra os Outros Grupos de Interesse (OGI). Esta organização foi aprovada como membro do CCRUP, por maioria, dia dezassete de março de dois mil e vinte e três. Mencionou ainda que, se encontrava a decorrer a aprovação da candidatura da *Europêche*.

O Sr. David Pavón informou que a Dra. Isabel Ventura ainda não se encontrava presente e, por isso, propôs alteração da ordem da agenda e que a Sra. Maïté VERDOL fosse a primeira interveniente. A alteração foi aceite por consenso.

## **1. Os planos de ordenamento dos Espaço Marítimos para as RUP francesas -**

Chefe de projeto de planificação marítima e desenvolvimento territorial de França -  
Sra. Maïté VERDOL

A Sra. Maïté VERDOL agradeceu o convite e referiu que não foi possível ao Diretor Geral Francês para os Assuntos Marítimos, Pescas e Aquacultura, o Sr. Eric BANEL, estar presente.

A Sra. Maïté VERDOL fez referência a uma iniciativa cívica e política da União Europeia (UE) apoiada pela UNESCO relativa ao planeamento do espaço marítimo, baseada em seis princípios chave, sendo eles: abordagem ecossistémática; integração de setores e níveis de intervenção; zoneamento espacial; adaptabilidade de abordagem; dimensão prospetiva e natureza participativa. Referiu que o ordenamento do espaço marítimo tem como objetivo assegurar benefícios ecológicos, económicos e sociais para os utilizadores do mar. Esta iniciativa está articulada através da diretiva 2014/89/EU, que estabelece um quadro para o ordenamento do espaço marítimo e promove: o crescimento sustentável das economias marítimas, o desenvolvimento sustentável das zonas marinhas e a utilização sustentável dos recursos marinhos. No contexto da Política Marítima Integrada (PMI) da UE, esse quadro prevê o estabelecimento e a aplicação do ordenamento do espaço marítimo pelos Estados-Membros, tendo em conta as interações terra-mar e o reforço da cooperação transfronteiriça.

Explicou que a fim de definir as suas ambições marítimas a longo prazo, França adotou uma estratégia nacional para o mar e para o litoral (SNML) em fevereiro de 2017. [O documento estratégico de frente marítima \(DSF\)](#) é um documento de planeamento que estabelece as orientações desta estratégia nacional para o mar e a linha costeira. Elaborado ao nível de cada uma das frentes marítimas do continente, o DSF tem duas partes (estratégica e operacional).

As várias secções são elaboradas em várias fases e são tomadas decisões para as adotar de forma sucessiva.

No que diz respeito à estratégia, esta inclui: a identificação das principais questões, incluindo questões ecológicas e necessidades emergentes da linha de costa ou bacia marítima, tendo em conta os conflitos de utilização existentes ou previsíveis. Inclui ainda, os objetivos socioeconómicos e ambientais definidos no âmbito da Diretiva (UE) 2017/845.

A parte operacional especifica os métodos para avaliar a implementação do DSF e apresenta ações para alcançar os objetivos definidos na secção estratégica.

A abordagem francesa consiste assim em várias diretivas com uma regulamentação forte, ao serviço de uma gestão integrada do mar e do litoral. Os planos de ação nacionais são o resultado de uma ampla colaboração entre os serviços estatais e os seus parceiros locais.

A Sra. Maïté VERDOL referiu ainda, que a ferramenta de planificação nacional para os territórios ultramarinos é o Documento Estratégico das Bacias Marítimas (DSBM) e diz respeito a cada uma das quatro bacias marítimas ultramarinas sob soberania ou jurisdição francesa: a bacia "Antilhas", que corresponde às linhas costeiras e águas limítrofes da Martinica, Guadalupe, *Saint-Martin* e *Saint-Barthélemy*; a bacia do "Oceano Índico Sul", que corresponde à *La Réunion*, *Mayotte* e aos territórios Austrais e Antárticos Franceses; a bacia da "*Guyane*"; e a bacia "*Saint-Pierre-et-Miquelon*".

O DSBM descreve a situação e o estado do ambiente tanto no mar como na linha costeira dentro das bacias e define também as condições de utilização das zonas, as atividades económicas ligadas ao mar e o desenvolvimento da linha costeira, bem como as principais perspetivas de desenvolvimento socioeconómico e ambiental.

Relativamente ao DSBM do Oceano Índico Sul, a primeira estratégica foi adotada em dois mil e vinte e aborda quatro temas principais: proteção ambiental; prevenção de riscos e gestão da linha costeira; conhecimento, investigação e inovação; e o desenvolvimento sustentável das atividades económicas, marítimas e costeiras.

A primeira estratégia do DSBM das Antilhas foi adotada em dois mil e vinte e um. Os temas em foco passam pela cooperação regional marítima, pela proteção do meio ambiente marinho e pela formação de profissionais em atividades ligadas ao mar.

O DSBM da *Guyane* encontra-se em processo de elaboração, pois foi realizada uma consulta pública em dois mil e vinte e um, sobre a secção de estratégia do documento estratégico desta bacia marítima. Este será modificado de acordo com os resultados da consulta.

A Sra. Maïté VERDOL disponibilizou as ligações para os documentos supramencionados e mostrou-se disponível para esclarecer dúvidas.

O Sr. David Pavón agradeceu a apresentação feita e referiu que as perguntas poderiam ser feitas no fim das outras apresentações dos Estados membros.

## **2. Apresentação sobre Planos de Ordenamento dos Espaço Marítimos para as RUP portuguesas- Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos de Portugal - Dra. Isabel Ventura**

A Dra. Isabel Ventura agradeceu o convite em nome da Secretária de Estado das Pescas, que não pôde estar presente na reunião. Referiu que desde 2014, a UE, estimula os Estados Membros a desenvolverem os ordenamentos dos seus espaços marítimos, no entanto, este tema já vem sendo abordado desde 1982, na Convenção das Nações Unidas. Afirmou que Portugal é um país cuja dimensão do espaço marítimo é indiscutível e que a coluna de água sob jurisdição nacional é igualmente relevante, dada a profundidade dos fundos marinhos (representando 48% do volume de água da UE). Estas condições fazem com que Portugal seja considerado o maior Estado costeiro da UE.

Afirmou que nos últimos anos, tem-se observado uma procura crescente de espaços marítimos para a instalação de inúmeras atividades, além das atividades tradicionais como a pesca e o transporte marítimo, têm surgido atividades emergentes, nomeadamente: a produção de energias a partir de fontes renováveis; a exploração de petróleo e gás; atividades de turismo costeiro e instalações aquícolas em *offshore*. Esta procura de espaços marítimos levou a uma necessidade de elaborar um instrumento que assegure o desenvolvimento harmonioso das atividades, evitando a criação de conflitos. O ordenamento do espaço marítimo foi assim considerado um instrumento fundamental ao desenvolvimento económico, social e ambiental, promovendo uma boa gestão espacial e garantindo segurança jurídica dos interessados e transparência dos processos administrativos envolvidos.

A Dra. Isabel Ventura aludiu que Portugal foi o país pioneiro dentro da UE, no lançamento do processo de ordenamento do espaço marítimo, envolvendo as águas de Portugal Continental, da Região Autónoma dos Açores e da Madeira. Segundo a resolução do Conselho de Ministros n.º 203-A/2019, o Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional foi aprovado, este abrange todo o espaço marítimo nacional, desde as linhas de base até ao limite

exterior da plataforma continental, integrando as águas interiores marítimas, o mar territorial, a zona económica exclusiva e a plataforma continental, incluindo para além das 200 milhas náuticas e é um instrumento de ordenamento do espaço marítimo nacional constituindo uma ferramenta essencial para a política do mar. O Plano identifica a distribuição espacial e temporal dos usos e atividades existentes e potenciais, identificando também as áreas relevantes para a conservação da natureza, biodiversidade, os valores correspondentes ao património cultural subaquático e as redes e estruturas indispensáveis à defesa nacional, à segurança interna e à proteção civil. Promove ainda, a compatibilização entre usos ou atividades concorrentes, tendo em vista contribuir para um melhor aproveitamento económico do meio marinho e minimizar o impacto das atividades humanas no meio marinho. Este plano é o instrumento que permite a atribuição de Título de Utilização Privativa do Espaço Marítimo Nacional.

A Dra. Isabel Ventura esclareceu que o plano não é um documento fechado, ou seja, tem mecanismos que permitem uma atualização permanente, favorecendo a gestão das atividades no tempo e no espaço e podendo, através de planos de afetação, identificar áreas complementares a afetar atividades que não foram previstas inicialmente. Associado ao plano supramencionado, existe um [GeoPortal](#), que permite a observação e identificação de todas as afetações do espaço marítimo, estando disponível para consulta pública.

Acrescentou que o Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo para a subdivisão dos Açores ([PSOEMA](#)), não se conclui no mesmo período que o plano relativo à Subdivisão do Continente e à subdivisão da Madeira, devido a divergências sobre o entendimento das competências dos Açores relativamente ao ordenamento do espaço marítimo, sendo necessária a intervenção do Tribunal Constitucional. O processo ficou parado, no entanto, já foi desbloqueado e a Dra. Isabel Ventura afirmou estar convicta de que estão reunidas as condições para dar continuidade ao processo e referiu que o Governo Regional dos Açores está empenhado no mesmo.

Referiu que dia vinte e dois de março, os Açores designaram um presidente para a Comissão Consultiva do PSOEMA e que este órgão é indispensável pois apoia e acompanha o desenvolvimento do plano de situação na zona do espaço marítimo nacional adjacente ao arquipélago dos Açores, compreendida entre as linhas de base e o limite exterior da plataforma continental até às 200 milhas marítimas.

Compete agora ao presidente do PSOEMA solicitar às 21 entidades que também integram a Comissão Consultiva a designação de um representante efetivo e de um representante suplente. Após a designação dos representantes pelas entidades, será convocada a primeira reunião plenária, de caráter deliberativo, para efeitos de apresentação pela Direção Regional de Políticas Marítimas da proposta de plano de situação e de outros aspetos que a condicionem.

Considerou que o PSOEMA é um passo fundamental com vista à necessária coerência das políticas públicas setoriais que enquadram as atividades e usos que se desenvolvem no espaço marítimo sob sua gestão. Uma vez aprovado o Plano de Situação, as administrações central e regional passarão a possuir, nesta área, um quadro de cooperação bem estabelecido, através do qual poderão gerir o espaço marítimo nacional, de forma partilhada.

A Dra. Isabel Ventura afirmou que o presidente da Comissão Consultiva necessita ser um ótimo moderador para conseguir compatibilizar todos os interesses, pois existem interesses ambientais que muitas vezes são contrários aos interesses do ambiente. E deixou o desafio aos interessados, de participarem ativamente nas discussões públicas, de maneira que Portugal tenha um instrumento de ordenamento do espaço marítimo nacional eficaz, onde todos se revejam.

Terminou a sua apresentação, referindo que o mar é um ativo estratégico que importa valorizar e preservar, mas também ordenar, e onde todos devem ter o seu espaço, sendo que a pesca tem um papel muito relevante para as comunidades costeiras que nos Açores são inúmeras e se estendem por nove ilhas.

**3. Planos de ordenamento dos Espaço Marítimos para as Canárias - Subdiretor Geral das Zonas de Pesca Nacionais e Águas da União Europeia de Espanha – Sr. Héctor Villa**

O Sr. Héctor Villa agradeceu o convite e lamentou não poder participar presencialmente na reunião.

Referiu que a primeira parte da sua apresentação era relativa à presidência espanhola no Conselho da UE, que simboliza um momento relevante para o setor pesqueiro na UE, acrescentou ainda que a nível nacional já têm vários objetivos e reuniões programados. Destacou a reunião habitual de ministros das pescas da eu, durante a presidência de Espanha, que irá ocorrer em

Vigo no mês de julho e o tema definido para a mesma foi a transição energética e a descarbonização, pois a nível nacional dão especial relevância a este tema.

O Sr. Héctor Villa declarou que, associado à transição ecológica, está a necessidade de renovação da frota espanhola, garantindo o setor pesqueiro e que, em fevereiro, a Comissão Europeia (CE) lançou uma comunicação sobre a transição energética do sector das pescas e da aquacultura da EU, no entanto, afirmou que Espanha considera que as declarações da CE não são suficientemente ambiciosas, nomeadamente em assuntos ligados ao financiamento e gestão da capacidade da frota pesqueira. Estes assuntos supramencionados serão abordados na reunião de ministros a decorrer em julho.

Afirmou que a CE apresentou outras comunicações e quis destacar a comunicação sobre o funcionamento da Política Comum das Pescas (PCP), sendo o primeiro passo para possíveis mudanças para o futuro do setor pesqueiro. Informou que Espanha, apesar de reconhecer que a PCP cumpriu muitos dos seus objetivos, é a favor da reconsideração de alguns aspetos, nomeadamente os aspetos sociais e económicos na tomada de decisões, as obrigações de desembarque e maior desenvolvimento da regionalização. Enumerou alguns dos desafios que a futura PCP enfrenta como: o Brexit; as mudanças climáticas; a soberania alimentar da UE e a descarbonização da frota pesqueira.

Apresentou outros objetivos para a presidência espanhola no Conselho da UE, como: a modificação do procedimento e funcionamento dos conselhos de ministros da pesca onde se adotam os totais admissíveis de capturas (TAC) e as quotas, através de uma simplificação e eficácia na sua preparação prévia; e uma nova abordagem em relação aos TAC multianuais para *stocks* com pareceres científicos, para uma melhor planificação do setor pesqueiro.

O Sr. Héctor Villa apresentou o Decreto 150/2023 de 28 de fevereiro, que aprova os planos de ordenação do espaço marítimo para os cinco distritos marinhos espanhóis. Referiu que este é um instrumento de planeamento estratégico que estará em vigor até 31 de dezembro de 2027, visa o ordenamento do espaço marítimo para assegurar a sustentabilidade das atividades no mar e facilitar o desenvolvimento dos sectores marítimos e foi liderado pelo Ministério da Transição Ecológica. O processo de elaboração destes planos exigiu um amplo processo de coordenação inter-administrativa, em colaboração com todos os Ministérios.

Assim, foram identificados um conjunto de zonas de utilização prioritária para atividades de interesse geral e que requerem uma ocupação específica; e um conjunto de zonas de elevado



potencial para certas atividades sectoriais ou onde o potencial no futuro é uma prioridade. Tudo isto sem qualquer zoneamento exclusivo. Em cada uma destas zonas, são estabelecidas disposições para facilitar a coexistência da utilização prioritária ou de elevado potencial com outras utilizações e atividades. Esta gestão baseia-se em critérios de coexistência sustentável, critérios para a integração das interações terra-mar, e outros.

No âmbito do desenvolvimento dos Planos de ordenação do espaço marítimo, têm sido utilizados critérios para delimitar as áreas de elevado potencial para o desenvolvimento da energia eólica *offshore*. Um dos principais aspetos a considerar na delimitação de áreas para o desenvolvimento de parques eólicos *offshore* está relacionado com os seus impactos na biodiversidade e habitats marinhos. Foram estabelecidos uma série de critérios para a delimitação de áreas em que a localização de parques eólicos *offshore* não é admissível devido à presença de habitats marinhos e espécies de interesse, que devem ser protegidos, ou devem ser objeto de um estudo mais detalhado.

Referiu que a informação geográfica utilizada, bem como a gerada nos Planos de ordenação do espaço marítimo, pode ser consultada à escala e precisão adequadas no sistema de informação denominado [INFOMAR](#), que também reúne toda a informação gerada pelas administrações públicas no domínio da aplicação das diretivas europeias com impacto no meio marinho.

O Sr. Héctor Villa agradeceu aos presentes pela atenção e mostrou-se disponível para esclarecer dúvidas.

#### **4. Perguntas e Respostas**

O Sr. David Pavón, agradeceu aos intervenientes e abriu o espaço para possíveis perguntas.

O Sr. Charif Abdallah (*Chambre de l' Agriculture, de la Pêche et de l' Aquaculture de Mayotte* – CAPAM e vice-presidente do Comité Executivo) referiu ter estado a ouvir atentamente as apresentações dos Estados Membros e acrescentou que aquando da apresentação de França em relação ao DSBM, a região de *Mayotte* não foi especificada. Acrescentou que, apesar de ser uma região pequena, representa uma importante zona económica exclusiva (ZEE) para França.



A Sra. Maïté VERDOL esclareceu que a bacia do Oceano Índico Sul inclui *Mayotte* e acrescentou que *em* termos de planificação de estratégias para cada região ainda há muito trabalho a ser feito.

O Sr. Léonard Ragnauth (*Comité Régional des Pêches Maritimes et des Élevages Marins (CRPMEM) de la Guyane française*) referiu que os pescadores da sua região, apenas têm uma pequena porção da costa disponível (cerca de 10 km) sem interferência de países terceiros a praticar pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN). Agradeceu o trabalho da Sra. Maïté VERDOL, mas afirmou que as respostas políticas por parte de França, em relação ao problema que a região enfrenta, não respondem às necessidades da mesma.

A Sra. Maïté VERDOL referiu que França faz os esforços possíveis para implementar estratégias que visam resolver as necessidades das regiões, no entanto, são processos morosos. Declarou ainda, ter conhecimento do problema que a pesca INN representa para a região e, por isso, iria transmitir ao Sr. Eric BANEL as preocupações referidas pelo Sr. Léonard Ragnauth.

O Sr. Léonard Ragnauth afirmou que o Sr. Eric BANEL está informado em relação à situação da pesca INN na *Guyane* e acrescentou que, segundo o Estado francês, existem muitos meios de controle no mar, no entanto, sabe-se que há mais de quarenta embarcações ilegais a pescar na região e somente 5/6 embarcações legais.

O Sr. Jean-Michel Cotrebil (*CRPMEM de Martinique*), corroborou o que foi dito pelo Sr. Léonard Ragnauth. Referiu que Martinica tem enfrentado diversos problemas, nomeadamente a poluição por *Sargassum*, obrigando os pescadores a afastar-se da costa, no entanto, não têm embarcações com condições para tal e não há nenhuma intervenção por parte de França para melhorar este cenário. Afirmou que seria importante que França conhecesse a realidade das regiões francesas, através de deslocações aos territórios.

A Sra. Maïté VERDOL afirmou entender as defesas que cada representante fez do seu território e disse que tomou nota do pedido de visita às regiões. Acrescentou que já foi iniciada uma ação para combater o *Sargassum* e financiamento aos territórios para equipá-los com embarcações capazes de recolher a espécie invasora.

O Sr. João Delgado (Mútua dos Pescadores) apelou a uma participação ativa de todos os membros envolvidos nas RUP nos processos de ordenamento do espaço marítimo, sendo importante haver uma identificação rigorosa das áreas principais de atividades de pesca. Enumerou alguns pontos como a instalação de parques eólicos em *offshore*, o aumento das áreas

marinhas protegidas e o crescente conflito da pesca com atividades emergentes. Estes representam uma redução cada vez maior do espaço destinado a operações de pesca. Chamou atenção para uma questão elementar - os direitos históricos da exploração do mar que os pescadores têm. Deixou claro que a Mútua dos Pescadores, não está, nem pode estar contra a produção de energias limpas, simplesmente não colocam a soberania energética acima da soberania alimentar. Lembrou que no caso português, os índices de consumo de pescado colocam o país nos três maiores consumidores mundiais e que no ano de dois mil e vinte e dois, o déficit da balança comercial de produtos da pesca voltou a atingir valores acima dos mil milhões de euros. Assegurou que se o setor pesqueiro for mais enfraquecido, em termos de capacidade produtiva, trará muitos impactos socioeconómicos para as comunidades.

O Sr. Gonçalo Carvalho (Sciaena) comentou uma afirmação feita pela Dra. Isabel Ventura em relação as organizações ambientais e esclareceu que as Organizações Não Governamentais (ONGs) não se opõem às atividades económicas e garantidamente não são inimigas da pesca. Afirmou que continua a observar, na administração piscatória, um ataque às ONGs, podendo pôr em causa o futuro da atividade e referiu que inúmeros pescadores sabem que podem contar com a Sciaena para enfrentar ameaças graves à sua atividade. Acrescentou que a Sciaena pôs em tribunal o Estado português, devido à sua intenção de explorar petróleo na costa portuguesa. Assegurou que podem contar com as ONGs para apoiar uma pesca sustentável, equilibrada com o ambiente e baseada na ciência e apelou aos administradores da pesca para pararem de ver as ONGs como inimigas.

Em relação ao ordenamento do espaço marítimo, o Sr. Gonçalo Carvalho informou que o Regulamento da UE sobre o controlo da pesca se encontra em revisão e sublinhou que se a pesca não for bem monitorizada acabará por perder o seu lugar em relação às atividades emergentes.

A Dra. Isabel Ventura afirmou que cabe ao Estado português compatibilizar todas as atividades que se desenvolvem no mar e declarou que a pesca é um setor fundamental para o abastecimento alimentar. Em relação à intervenção do Sr. Gonçalo Carvalho, a Dra. Isabel Ventura disse haver um mal-entendido, pois o que queria dizer era que muitas vezes havia situações conflituosas entre as entidades ambientais e as entidades setoriais, não se referindo especificamente às ONGs. Referiu que a PCP é constituída por três pilares, o ambiental, o económico e o social, tendo de haver um equilíbrio entre os mesmos.

O Sr. Juan Verdú (*Federación Provincial de Cofradías de Pescadores de La Palmas*) expressou a sua preocupação em relação à zona de implementação das energias eólicas nas Canárias, pois significaria uma perda de direitos dos pescadores e não existia nenhum tipo de compensação.

O Sr. Gualberto Rita (Federação das Pescas dos Açores e vice-presidente do Comité Executivo) referiu que a Federação das Pescas dos Açores tem participado ativamente no Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo e chamou a atenção para o facto da implementação dos 30% de Áreas Marinhas Protegidas nos Açores reduzir as áreas de pesca, significando um aumento das importações.

#### **5. Apresentação do Projeto «AC Fishmap» - Secretária Executiva do Conselho Consultivo para as Águas do Noroeste – Sra. Mo Mathies**

A Sra. Mo Mathies começou a sua apresentação dando a conhecer o *site* do Conselho Consultivo para as Águas do Noroeste (NWWAC) e apresentou o projeto inovador «[AC Fishmap](#)», um mapa *online* que visa melhorar a acessibilidade aos dados relevantes para o setor pesqueiro e que foi desenvolvido para pescadores e partes interessadas da pesca. Fornece informações sobre tópicos tais como: medidas regulamentares, utilizadores marinhos e fronteiras legislativas.

A ferramenta mostra conjuntos de dados geográficos e informação não geográfica útil como um meio de fácil utilização para identificar as características paisagísticas relevantes das águas do Noroeste da Europa e foi desenvolvida na sequência de um estudo de delimitação do âmbito realizado em finais de 2021 entre os membros do NWWAC, cujo resultado foi utilizado para conceber a própria ferramenta. As informações podem ser descarregadas e as capturas de ecrã podem ser feitas para utilização no mar. A ferramenta inclui: medidas regulamentares da legislação chave da EU; áreas fechadas, protegidas e de conservação; outros usos espaciais marinhos, tais como parques eólicos *offshore*; e fronteiras legislativas.

O Sr. David Pavón, agradeceu a apresentação e referiu que o projeto é muito prático.

## **6. Aprovação da proposta do novo artigo do Regulamento Interno sobre o Comité de Coordenação**

O Sr. David Pavón referiu que na última reunião do Comité Executivo ficou decidido realizar-se uma alteração ao regulamento interno, integrando um novo órgão social denominado “Comité de Coordenação”, de maneira a não haver alteração de estatutos.

A Secretária-Geral mencionou que todos os membros do Comité Executivo receberam as propostas de rascunho de adenda ao Regulamento Interno sobre o Comité de Coordenação: a proposta elaborada pelo advogado do CCRUP e as propostas enviadas pela *Asociación Tinerfeña de Amigos de la Naturaleza (ATAN)*. Acrescentou que o documento aprovado nesta reunião posteriormente terá de ser aprovado em Assembleia Geral.

A Sra. Mercedes Garcia (ATAN) comentou que a proposta apresentada pelo advogado necessitava de modificações. Referiu ser necessário rever o regulamento interno e ver especificamente onde se descreve sobre a composição da presidência do comité executivo.

O Sr. David Pavón lembrou que o Comité de Coordenação abordará assuntos de gestão, tais como: debater sobre os locais e os pontos de agenda, para as reuniões do CCRUP; e auxiliar na tomada de decisões de gestão do dia-a-dia do secretariado, sempre que necessário.

A Secretária-Geral referiu que o regulamento interno continua a ter alguns erros de tradução e que agradece a colaboração dos membros na indicação dos mesmos., estando o secretariado a rever novamente as traduções iniciais.

Foi votada e aprovada por consenso a proposta de adenda ao Regulamento Interno apresentada pela ATAN sobre o Comité de Coordenação (a ser constituído por um presidente e quatro vice-presidentes do Comité Executivo, em que pelo menos 1 deles seria representante dos OGI), para posterior aprovação numa reunião de Assembleia Geral extraordinária.

## **7. Proposta de 2 organizações para o Comité de Coordenação**

O Sr. David Pavón apontou que faltam duas organizações para integrar o Comité de Coordenação e que apesar de ser a Assembleia Geral a nomear, seria importante haver manifestações de interesse no Comité Executivo.

O Sr. João Delgado manifestou a disponibilidade da Mútua dos Pescadores para integrar o Comité de Coordenação (sector das Outras Organizações de Interesse).

O Sr. Léonard Ragnauth disponibilizou-se também para que a sua organização fizesse parte do Comité de Coordenação.

Estas duas candidaturas foram aprovadas por consenso.

A Secretária-Geral partilhou um documento com os atuais membros do Comité Executivo, para uma melhor perceção da situação. A Sra. Mercedes Garcia perguntou quais dos membros estavam presentes na reunião e a Secretária-geral enumerou-os.

## **8. Proposta sobre a organização das Assembleias Gerais nas RUP**

Apesar de ter sido decidido que os locais das Assembleias Gerais serão baseados na rotatividade entre países e bacias oceânicas, o Sr. David Pavón referiu que, durante três anos consecutivos (2022, 2023 e 2024), as reuniões terão lugar em RUP francesas, tendo em conta as suas necessidades.

A Secretária-Geral informou que a partir deste ano, será necessário que o CCRUP tenha uma estimativa dos gastos num período de quatro anos e dar conhecimento à CE. Por isso, e considerando que os gastos com os reembolsos dos membros as reuniões são cerca de 50% do orçamento anual, considerou ser importante estipular os locais das próximas Assembleias Gerais de maneira a haver uma melhor gestão do CCRUP e das próprias regiões. A Secretária-Geral partilhou uma proposta sobre os locais para a organização das Assembleias Gerais, considerando rotatividade entre países e bacias oceânicas:

- 2021 – Açores ;
- 2022 – Mayotte ;
- 2023 – *La Réunion* ;
- 2024 - *Guyane Française* ;
- 2025 – Canárias;
- 2026 – Guadalupe ou Martinica;
- 2027 – Madeira;
- 2028 – Guadalupe ou Martinica;
- 2029 – *Saint Martin*.

O Sr. Gonçalo Carvalho disse que a seu ver a proposta do secretariado em realizar uma distribuição equitativa era pertinente.

O Sr. Jean -Michel Cotrebil declarou que gostaria que a Assembleia Geral de 2026 se realizasse na Martinica.

A Sra. Mercedes Garcia concordou com a programação feita.

Resumo: Ficou aprovado por consenso a proposta dos locais das próximas reuniões de Assembleia Geral e Grupos de Trabalho:

2024 - *Guyane Française*;

2025 – Canárias;

2026 – Martinica;

2027 – Madeira;

2028 – Guadalupe;

2029 – *Saint Martin*.

O Sr. David Pavón informou que a programação feita voltaria a ser apresentada em Assembleia Geral, para aprovação.

### **Outros assuntos.**

A Secretária-Geral, questionou o Comité Executivo sobre o procedimento administrativo a ter aquando da recusa de novos membros que queiram integrar o CCRUP, por parte de membros da Assembleia Geral, sem justificação legal. Interrogou sobre se esses votos seriam contabilizados.

O Sr. Juan Verdú referiu não conhecer a legislação portuguesa, mas de acordo com a legislação espanhola, os votos sem justificação seriam contabilizados como nulos.

O Sr. Gonçalo Carvalho declarou que, no seu entendimento, os membros não podem vetar a entrada de outros membros sem justificação legal.

O Sr. João Delgado mencionou que a declaração de voto deve ficar ao livre-arbítrio de quem vota e que se existe obrigatoriedade de justificação de voto nos estatutos, estes devem ser revistos.

A Sra. Mercedes Garcia lembrou que a ATAN tem pedido algumas modificações de estatutos, que ainda não foram realizadas.

A Secretária-Geral alertou para o facto de alguns membros, em especial espanhóis, confundirem os estatutos com o regulamento interno. Acrescentou que os estatutos do CCRUP foram elaborados por um advogado português de maneira a serem propositalmente básicos para que toda a operação do CCRUP se baseie no regulamento interno, cumprindo os mínimos da lei portuguesa, uma vez o CCRUP é composto por membros de três países e orientado por regulamentos europeus. Informou ainda que o secretariado ainda não teve oportunidade de elaborar a proposta de um procedimento de votação a incluir no regulamento interno, no entanto, é um processo a executar, assim como, a redação de um código de conduta.

O Sr. Juan Verdú comentou que a normativa legal são os estatutos e não o regulamento interno.

O Sr. Jean -Michel Cotrebil interrogou como poderia proceder para integrar os lugares vagos do Comité Executivo e a Secretária-Geral esclareceu que teria de ser em Assembleia Geral.

O Sr. David Pavón agradeceu a todos pela presença e nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a reunião.

Resumo: Ficou decidido que, mediante as necessidades que vão surgindo, irão sendo feitas as alterações necessárias ao Regulamento Interno, ponto por ponto.

### **Conclusões/Recomendações**

Os pontos de agenda foram cumpridos.

ND.